

Tudo em Família *Senado Federal*

O eleitor não tinha percebido por que os suplentes, discretos pela própria natureza, não chamam a atenção. Dissolvem-se no anonimato político antes de serem identificados. Mas, com as três renúncias de senadores, por iminência de cassação do mandato, ficou caracterizado que a suplência se transformou com o tempo em negócio de família, na melhor das hipóteses. Os partidos não participam da escolha dos suplentes, que são indicados pelos candidatos. Os eleitores não são sequer informados dos arranjos porque é prerrogativa do candidato a indicação de suplentes, levados na garupa durante a campanha política.

Era inevitável que o suplente, à margem da política, substituísse o vínculo político pelo familiar. Na ausência do sentimento oligárquico de fundas raízes na política brasileira, outros laços passaram a preponderar. Embora seja incompleto o perfil dos suplentes, quando a questão aflorou – uma cassação de mandato e três renúncias – a emergência dos suplentes despertou a atenção. Um dos chamados a substituir o titular era homem de negócios, sem a menor intimidade com a coisa pública. Os demais também eram estranhos à vida política.

Não sendo o Senado espaço adequado a negócios que não sejam de natureza pública, o empresário se sentiu deslocado. A opinião pública estranhou mas levou à conta de exceção. Não era, como logo se evidenciou. Dos três senadores que renunciaram, o senador Antônio Carlos Magalhães foi substituído pelo filho que não tem intimidade com a vida pública. Confiança é vínculo familiar. José Roberto Arruda cedeu o lugar a um

suplente oriundo do meio empresarial de Brasília, mas jejuno em política. Teria sido o financiador? O exemplo configurou brecha na legislação que não admite ajuda por fora da declaração do candidato. Pior ainda a hipótese de que o indicado para suplente seja o financiador da campanha. Não podendo, por motivo de saúde, assumir a vaga deixada por Jader Barbalho (PMDB-PA), o pai dele foi substituído pelo segundo suplente, também estranho à vida política.

Daí por diante ficou evidenciado um quadro que não recomenda e ofende o cidadão, condenado a dar o seu voto a um candidato ao qual são atrelados suplentes sem currículo político e sem a responsabilidade do partido. Ao sentir a inutilidade do seu esforço para qualificar a representação política, a senadora Marina Silva (PT-AC) lamentou o insucesso da iniciativa com a conclusão óbvia: “Prevaleceu a visão patrimonial de que a função pública é espaço de família.” Não é o número de exemplos. O mais chocante é a naturalidade com que os senadores defendem o critério pessoal de escolha, sem restrições.

O senador Teotônio Vilela (PSDB-AL) cedeu a vaga ao irmão do governador de Alagoas. Maguito Vilela (PMDB-GO) tem como suplente a mulher do seu padrinho político Íris Rezende, Arlindo Porto (PTB-MG) levou a secretária na garupa, Siqueira Campos (PFL-TO) levou a irmã, Alberto Silva (PMDB-PI) valeu-se do filho para o caso de necessidade. Há algo de profundamente inadequado no tecido eleitoral brasileiro. Quanto mais cedo for reparado, melhor para todos, candidatos, eleitos e eleitores.